

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.562 - SP (2019/0350591-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
SUSCITANTE : **ULTRA PRINT IMPRESSORA - EIRELI**
ADVOGADOS : **CÁSSIO RANZINI OLMOS E OUTRO(S) - SP224137**
 EMMANOEL ALEXANDRE DE OLIVEIRA - SP242313
 MARIANA JURADO GARCIA GOMES DE ALMEIDA - SP302668
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA DE FALÊNCIAS E**
 RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO : **JUÍZO DA 14A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 15A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 16A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 18A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 21A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 23A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 27A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 29A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 31A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 33A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 34A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 35A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 36A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 38A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 39A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 3A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 43A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 47A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 52A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 54A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 5A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 61A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 63A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 64A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 65A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 69A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 70A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 76A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 77A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 81A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 82A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 84A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 85A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 87A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 89A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 90A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
INTERES. : **APARECIDA VIEIRA DA SILVA**
ADVOGADO : **EDINALDO DOS SANTOS RUTIGUEL - SP273801**
INTERES. : **EURICO BRINDO DA CRUZ**
ADVOGADOS : **PAULA RUIZ TEMPONI - SP309246**

Superior Tribunal de Justiça

PRISCILA MARIA DE SOUZA MONTEIRO - SP331933
INTERES. : MARCELO DA SILVA
ADVOGADOS : PAULINO CAMARGO RIBEIRO JUNIOR - SP196530
ERNESTO DE CAMARGO RIBEIRO NETO - SP189533

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, no qual é suscitante a empresa ULTRA PRINT IMPRESSORA – EIRELI e suscitados, o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO – SP e os seguintes juízos trabalhistas:

JUÍZO DA 14ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 15ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 18ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 21ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 23ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 27ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 29ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 31ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 33ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 34ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 35ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 36ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 38ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 39ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 43ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 47ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 52ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 54ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 61ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 63ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 64ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 65ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 69ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 70ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 76ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 77ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 81ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 82ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 84ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 85ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 87ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 89ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP,
JUÍZO DA 90ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP.

Discute-se, no presente conflito, qual dos Juízos é competente para dispor sobre atos expropriatórios a serem efetivados contra a empresa suscitante.

A suscitante narra que (e-STJ fls. 7/9):

Os dignos juízos trabalhistas acima elencados, deferiram a penhora no rosto dos autos de um crédito que a recuperanda possui nos autos da execução nº 1047553-95.8.26.0100, em trâmite perante a 30ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital - SP.

Trata-se do produto da arrematação de um imóvel que pertencia à recuperanda e cuja sobra do produto da arrematação, após o pagamento do exequente (no caso, o Banco do Brasil S/A), deverá ser utilizada como meio de cumprimento do plano de recuperação judicial da suscitante - especialmente dos créditos trabalhistas.

Essa "sobra", vale dizer, se aproxima do montante de R\$ 10 milhões de reais!!!! Esse valor, como ficará demonstrado a seguir, deverá ser devolvido à recuperanda ou remetido aos cuidados Juízo da recuperação judicial - único competente para que sirva de meio de recuperação da empresa e seja revertido para o pagamento dos créditos concursais.

Ocorre que, como demonstram os anexos documentos (inclusive o concurso de credores instaurado pelo Juízo da execução individual), alguns Juízos trabalhistas vêm determinando a penhora no rosto dos autos da execução individual dessa "sobra", que é de titularidade da recuperanda e que seria revertido em prol do pagamento de seu plano de recuperação judicial.

A suscitante, por isso, agora está na iminência de perder essa vultosa quantia, que, por ser de sua titularidade, não pode ser utilizado para pagar credores sujeitos aos efeitos da recuperação judicial fora do procedimento concursal. Eventual utilização do dinheiro para pagamento de quaisquer credores deve se dar sob a fiscalização e mediante deliberação do Juízo da recuperação judicial.

Discorre sobre a competência do Juízo da recuperação e sobre a impossibilidade de os Juízos trabalhistas disporem do patrimônio da empresa recuperanda, sob pena de prejuízo para os credores devidamente habilitados.

Postula, em caráter liminar, "a suspensão do concurso de credores nos autos do processo n. 1047553-95.2015.8.26.0100, com o desfazimento das penhoras trabalhistas no rosto daqueles autos, fixando-se, desde já, a competência do Juízo da recuperação judicial, ou seja, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para deliberar sobre esses atos e sobre a destinação de bens da suscitante, desfazendo-se eventuais medidas levadas a cabo irregularmente e transferindo-se o valor que exceder o valor do débito exequendo naquele feito para conta judicial às disposições do Juízo da recuperação judicial da suscitante" (e-STJ fl. 45).

No mérito, pede o reconhecimento da competência exclusiva do Juízo da recuperação judicial.

É o relatório.

Decido

Encontram-se presentes os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, o que autoriza a concessão da liminar.

O perigo na demora decorre da iminência de expropriação de bens da empresa, desfalcando o patrimônio da suscitante.

A plausibilidade das alegações, por sua vez, também se configura. Com efeito, verifica-se haver precedente específico, no qual a Segunda Seção do STJ pacificou seu

entendimento sobre a questão, decidindo que, mesmo se tratando de crédito anterior ao deferimento da recuperação judicial, cabe ao juízo universal dispor sobre atos constitutivos e expropriatórios incidentes sobre o patrimônio da empresa:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. A execução individual trabalhista e a recuperação judicial apresentam nítida incompatibilidade concreta, porque uma não pode ser executada sem prejuízo da outra.

2. O Juízo universal é o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução, ainda que o crédito seja anterior ao deferimento da recuperação judicial, devendo, portanto, se submeter ao plano, sob pena de inviabilizar a recuperação. Precedentes do STJ.

3. Competência do Juízo de Direito da 1.^a Vara Cível de Santa Helena de Goiás/GO, para o prosseguimentos de execuções trabalhistas.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 148.536/GO, Relator Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 8/3/2017, DJe 15/3/2017.)

Entretanto, a suscitante apresentou documentação (e-STJ fls. 174, 187 e 475) a demonstrar seus argumentos apenas em relação aos feitos processados perante o JUÍZO DA 82^a VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP (n. 00011782820155020082), o JUÍZO DA 16^a VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP (n. 0002273-68.2013.5.02.0016) e o JUÍZO DA 81^a VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP (n. 1001520-88.2016.5.02.0081).

Quanto aos demais casos indicados na inicial do conflito, as informações constantes dos autos, até o momento, não permitem identificar sequer se os mencionados juízos trabalhistas estariam, de fato, decidindo sobre o patrimônio da empresa recuperanda.

Assim, em relação aos referidos processos trabalhistas, não há fumaça do bom direito autorizadora da concessão de liminar.

Nesse contexto, é necessário o sobrestamento dos atos de penhora determinados apenas pelos Juízos da 82^a Vara do Trabalho de São Paulo - SP (n. 00011782820155020082), da 16^a Vara do Trabalho de São Paulo - SP (n. 0002273-68.2013.5.02.0016) e da 81^a Vara do Trabalho de São Paulo - SP, cabendo ao Juízo universal dispor, provisoriamente, sobre o valor oriundo da execução cível de n. 1047553-95.2015.8.26.0100.

Diante do exposto, CONCEDO PARCIALMENTE A LIMINAR pleiteada, a fim de suspender apenas os atos de penhora proferidos pelos Juízos Trabalhistas da 82^a Vara do Trabalho de São Paulo - SP (n. 00011782820155020082), da 16^a Vara do Trabalho de São Paulo - SP (n. 0002273-68.2013.5.02.0016) e da 81^a Vara do Trabalho de São Paulo - SP até o julgamento do presente conflito, e designo o JUÍZO DE DIREITO DA 2^a VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO – SP para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Superior Tribunal de Justiça

Oficie-se aos Juízos suscitados destinatários da liminar com urgência, comunicando o teor da decisão e requisitando o seguinte: (i) aos JUÍZOS TRABALHISTAS, cópia da inicial, de eventuais embargos, sentença e, caso haja, de acórdãos, certidões de trânsito em julgado e cálculos de liquidação homologados, (ii) à 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO – SP, informação referente à eventual inclusão, no plano de recuperação judicial, dos bens penhorados nas execuções trabalhistas.

Oficie-se ainda aos demais Juízos do Trabalho apontados, solicitando informações sobre eventuais processos em que a suscitante figure como ré, inclusive os referidos números de registro, fazendo constar, anexada a cada ofício, uma cópia da petição inicial do conflito.

Após, abra-se vista à Procuradoria-Geral da República, para parecer.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator